



## TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA

TAC/IMA Nº 41/2020

### 1. CELEBRANTE

<b>Nome COMPROMISSÁRIO /Razão Social: PREFEITURA MUNICIPAL DE MARAGOGI</b>
<b>CNPJ: 12.248.522/0001-96</b>
<b>Endereço: Rua Governador Afrânio Lajes, nº 70, centro</b>
<b>Município: Maragogi/AL</b>
<b>Representante legal: Fernando Sergio Lira Neto</b>
<b>CPF: 190 [REDACTED]</b>

### 2. AUTORIDADE CELEBRANTE

<b>Nome: INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE DE ALAGOAS</b>
<b>CNPJ: 12.958.179/0001-73</b>
<b>Endereço: Av. Major Cícero de Góes Monteiro, nº 2197, Mutange, Maceió-AL</b>
<b>Representante Legal: Gustavo Ressurreição Lopes</b>
<b>CPF: 051.912.644-01</b>
<b>Cargo: Diretor presidente</b>

### 3. ORIGEM DA OBRIGAÇÃO PECUNIÁRIA

#### 3.1.

<b>Auto de infração: Série A Talão 000162 Folha 008041</b>
<b>Data da lavratura: 10/10/2018</b>
<b>Data do pedido de Suspensão: 06/08/2020</b>
<b>Valor original do Auto: R\$ 30.834,75</b>
<b>Valor de exigibilidade suspensa: R\$ 21.584,32</b>

### 4. FUNDAMENTO LEGAL E JUSTIFICATIVA

4.1. O presente Termo de Ajustamento de Conduta encontra previsão legal no Art. 36 da Lei Estadual nº 6.787, de 22 de dezembro de 2006, que autoriza a suspensão da exigibilidade de até 70% (setenta por cento) da multa administrativa mediante o compromisso do autuado de prestar ou executar serviços de preservação, melhoria e recuperação da qualidade do meio ambiente.

4.2. Justifica a decisão de firmar o presente Termo de Ajustamento de Conduta a disposição do Art. 1º, VII, da Lei nº 6.340, de 3 de dezembro de 2002, que determina a utilização dos valores arrecadados com a aplicação de sanções

*Handwritten signature*

*Handwritten signature*





pecuniárias em planos, projetos, programas e atividades voltadas à proteção do meio ambiente.

## **5. OBRIGAÇÕES DO COMPROMISSÁRIO**

O Compromissário compromete-se, pelo presente Termo de Ajustamento de Conduta, a prestar ou executar os serviços de preservação, melhoria e recuperação da qualidade do meio ambiente abaixo, nos prazos assinalados:

5.1. O COMPROMISSÁRIO reconhece haver descumprido a legislação em razão de dar início ou prosseguir em atividade efetiva ou potencialmente poluidora ou degradadora do meio ambiente (construção de ponte sobre rio) sem licença ou autorização do órgão competente.

5.2. Por este instrumento, o COMPROMISSÁRIO assume a obrigação de apresentar relatório técnico evidenciando a retirada da intervenção realizada e a recuperação da área impactada no treco da ponte, prazo máximo de 120 (cento e vinte) dias, a contar da assinatura do presente termo.

5.3. Por este instrumento, o COMPROMISSÁRIO se compromete a realizar a quitação do valor não suspenso de **R\$ 9.250,42** (nove mil, duzentos e cinquenta reais e quarenta e dois centavos), parcelado em 06 (seis) prestações mensais.

## **6. OBRIGAÇÕES DAS PARTES**

A aceitação e assinatura do presente Termo de Ajustamento de Conduta implicam nas seguintes obrigações das partes:

### **6.1. DO COMPROMISSÁRIO:**

a) Recolhimento do percentual remanescente da multa, não atingido pela suspensão da exigibilidade de que trata este Termo de Ajustamento de Conduta, no prazo indicado no respectivo documento de arrecadação fornecido pelo IMA/AL, juntando o comprovante aos autos;





- b) Renúncia expressa de qualquer medida judicial ou administrativa com o objetivo de infirmar o Auto de Infração lavrado pelo IMA/AL, objeto deste Termo ou de reduzir o seu valor, a partir de sua assinatura, independente de eventual rescisão por descumprimento;
- c) Cumprimento fiel e nos prazos assinalados as obrigações descritas no Item 5 deste Termo.

## 6.2. DA AUTORIDADE CELEBRANTE:

- a) Suspender a exigibilidade do valor objeto do presente Termo de Ajustamento de Conduta enquanto estiverem sendo prestadas ou executados os serviços de preservação, melhoria e recuperação da qualidade do meio ambiente constantes do item 5 deste instrumento;
- b) Promover a quitação da multa pecuniária cuja exigibilidade foi suspensa após o integral cumprimento das obrigações assumidas pelo Compromissário;

## 7. TERMOS GERAIS

7.1. Este Termo de Ajustamento de Conduta tem força de título executivo extrajudicial conforme preceitua o Art. 5º, §6º da Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985, e seu descumprimento implicará na aplicação de multa, equivalente ao valor remanescente não cumprido pelo Compromissário e sua inscrição na Dívida Ativa do Estado;

7.2. O descumprimento das obrigações do Compromissário, devidamente atestado por funcionário do IMA/AL, ensejará a rescisão unilateral do Termo de Ajustamento de Conduta pela Autoridade Celebrante e a restauração do débito remanescente nos sistemas do órgão, para consolidação e cobrança pelas vias normais;

7.3. O presente Termo de Ajustamento de Conduta refere-se única e exclusivamente à suspensão da exigibilidade da multa pecuniária decorrente do Auto de Infração identificado no item 3, não servindo como licença ambiental da atividade objeto da autuação nem produzindo efeitos na esfera penal.



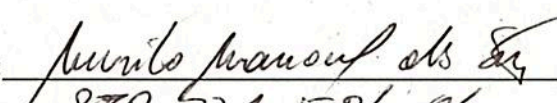
7.4. Este documento é assinado em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, por espontânea vontade das partes, que declaram estar cientes de todas suas condições.

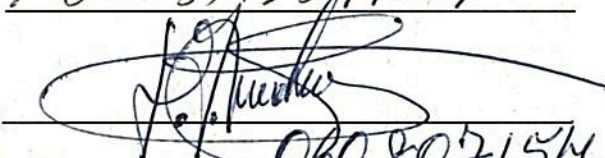
Maceió, 28 de maio de 2020.

  
Fernando Sérgio Lira Neto  
Prefeito  
PREFEITURA DE  
**MARAGOGI**  
Maceió - Alagoas



**DIRETOR PRESIDENTE DO IMA-AL**

TESTEMUNHA:   
CPF: 820.371.594-04

TESTEMUNHA:   
CPF: 080.807.154-49

